



# BRASIL INTELIGENTE

CONECTANDO CIDADES AO FUTURO

## PROJETANDO AS CIDADES DO AMANHÃ

*O IPGC está aplicando inteligência para que o Brasil alcance seu potencial transformador*

### **Ouro Preto a primeira cidade histórica inteligente do Brasil**

*Foi no berço mineiro da arte que a segunda PPP de cidade inteligente foi assinada no país.*

### **Fábrica de parcerias e inovação**

*Mais do que pensar de forma disruptiva, é necessário inovar e integrar novas tecnologias como inteligência artificial, robótica e internet das coisas.*

### **Por que o caminho das parcerias?**

*Estudo comparativo entre as contratações públicas sob o regime da lei de 8.666 e lei 11.079.*

## Ficha Técnica

**Redator-Chefe:** Eduardo Moreira Dias  
**Projeto Gráfico e Diagramação:** Jorge Braga  
**Diretor de Criação:** Gustavo Dias  
**Diretora de Produção:** Bruna Dias  
**Foto da Capa:** Carolina Munemasa  
**Edição da Capa:** Túlio Careli  
**Colaboração:**  
Mirelle Brant, Luís Fernando Parma,  
Victor Ferrer e João Pedro Levenhagen  
**Revisão Geral**  
Larissa Costa e Paulo Vítor Souza  
**Curadoria:**  
Emerson Penha e Netty Assunção



(31) 3582-3309  
contato@ipgc.org.br  
Avenida Paraná, 485, 7º andar, Centro  
Belo Horizonte, Minas Gerais - CEP 30120.020  
**Diretor-Presidente:** Leonardo Santos  
**Vice-Presidente:** Luís Fernando Parma  
**Diretora-Executiva:** Liliane Campos  
**Gestão 2020-2024**

### PRODUÇÃO:



(31) 3567-6555 | (31) 99592-4520  
atendimento@campanhascriativas.com  
www.campanhascriativas.com

A Brasil Inteligente é uma publicação periódica do Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades. O IPGC não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. Não é permitida a reprodução do conteúdo desta revista sem autorização prévia, emitida em papel timbrado e assinado pelos organizadores.

# Carta Aberta aos Brasileiros

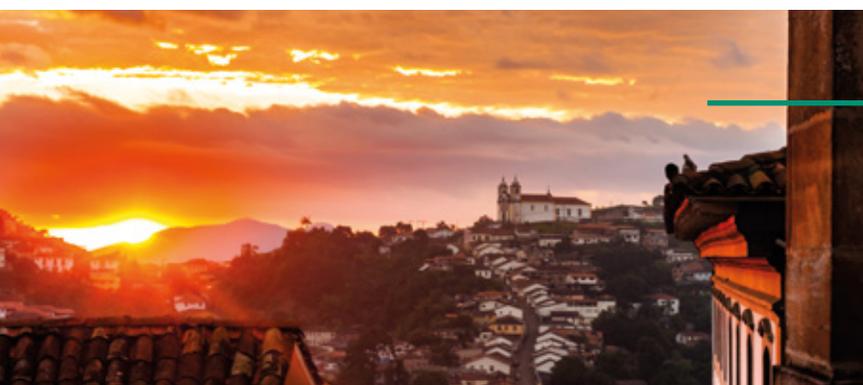
**N**os dirigimos aos brasileiros e brasileiras como iguais, afinal somos uma sociedade civil organizada. Aqui apresentamos um programa que já tem transformado a vida de muitos homens e mulheres. Não propomos apresentar uma ideia ou expectativa, mas ampliar uma solução que desenvolvemos no interior do país e que já demonstrou viabilidade e potencial de transformação das comunidades. As parcerias público-privadas (PPPs) são um arranjo jurídico ainda pouco conhecido pelos gestores públicos. Por essa modalidade é possível transformar as cidades, uma vez que ela possibilita a atração de investimentos em infraestrutura e a gestão compartilhada de serviços com empresas privadas. O produto disso é a ampliação do acesso aos serviços públicos, além da manutenção dos que já existem.

A compreensão e o engajamento da sociedade, de forma geral, é fundamental, visto que não se trata de um programa de governo, sujeito a interferências eleitorais, mas um projeto da própria sociedade que deva ser permanente e sustentável. Em uma dimensão sociológica, o Estado Democrático não se estrutura a partir da terceirização dos atos da cidadania, colocando o cidadão apenas em uma posição de pagador de impostos. A estruturação de soluções coletivas só acontecerá com a participação de pessoas comuns, que conheçam as demandas de suas comunidades e se engajem como sujeitos da transformação dos territórios.

Além do engajamento social, as instituições da própria sociedade precisam participar de forma ativa desse processo de estruturação de parcerias, em especial as casas legislativas, governos e empresas privadas, em suas mais diversas áreas, como também os órgãos de controle, imprensa e instituições de ensino. O desenvolvimento de cidades mais prósperas, inteligentes, humanas e sustentáveis demanda a participação de todos, de forma ordenada e colaborativa. Nós já estamos fazendo isso!

**Leonardo Santos**  
Diretor Presidente do IPGC

# Revista Brasil Inteligente - Edição Especial



- 4. O Brasil que Temos Hoje
- 8. Projetando o Brasil de Amanhã
- 10. Programa Brasil Inteligente
- 12. Fábrica de Parcerias e Inovação
- 14. Indústria 4.0 de Parcerias Público Privadas
- 16. O Futuro das Cidades Brasileiras
- 18. Entrevista com Viviane Moura
- 20. Entrevista com Edson Vilela
- 21. O IPGC Brasil na B3
- 22. Por que o Caminho das Parcerias?
- 26. Desestatização: Privatização, Concessão ou Parceria Público-Privada?
- 28. A Figura do Verificador Independente na Gestão das Parcerias
- 30. Ouro Preto: A Primeira Cidade Histórica Inteligente do Brasil
- 32. Credenciamento
- 33. Mapa de atuação do IPGC no Brasil

# O Brasil que Temos

**Victor Ferrer**

Acadêmico de Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas e assessor de Pesquisa e Desenvolvimento do IPGC Brasil

Um bom diagnóstico é o primeiro passo para se formular boas políticas públicas. Isso porque é fundamental compreender e delimitar o problema para se chegar a boas soluções.

Este artigo tem por objetivo apresentar o país em que atua o **Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC Brasil)**, e oferecer a nossa contribuição para um Brasil mais inteligente.

Ao presumir que o Brasil que queremos para o futuro

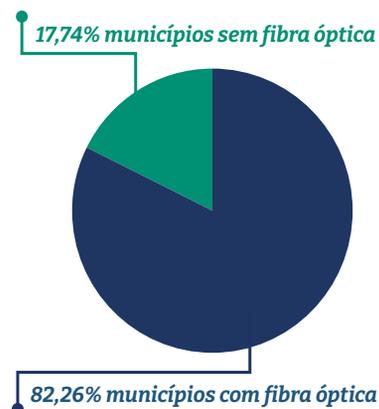
ainda está por emergir, não temos a intenção de nos diminuir em relação a outros países. Pelo contrário, ao nos comparar internacionalmente e observar as tendências que avançam em países desenvolvidos, expandimos nossos conhecimentos

Quando analisamos o país de hoje, logo percebemos os desafios que precisamos superar, e as inteligências que precisamos desenvolver para que o Brasil que queremos possa ser também um Brasil para todos.

## 1ª Inteligência: Garantir boa conectividade para governos e cidadãos

### MUNICÍPIOS COM CONEXÃO LENTA

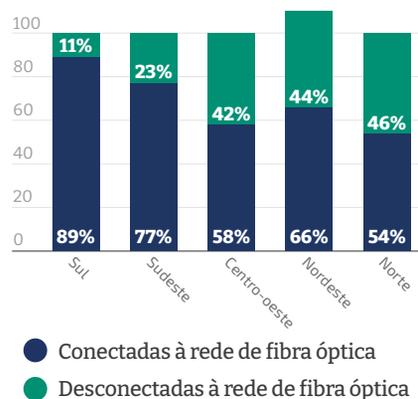
% de municípios não conectados à rede de fibra óptica



Fonte: IPGC, a partir de dados da ANATEL (2021)

### PREFEITURAS COM CONEXÃO LENTA

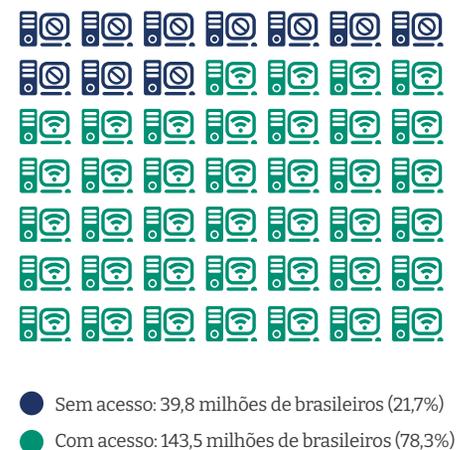
% das prefeituras com instalações não conectadas à rede fibra óptica, por região



Fonte: IPGC, a partir de dados da TIC Governo Eletrônico (2019)

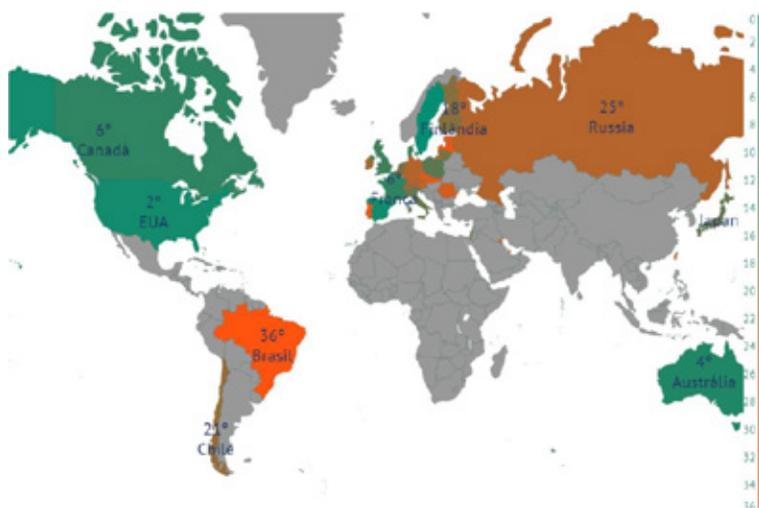
### EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

(Acesso à internet no Brasil)



Fonte: IPGC, a partir de dados da PNAD Contínua (4tri/2019)

## BRASIL É O 36º PAÍS EM RANKING DE INCLUSÃO DIGITAL



Fonte: IPGC, a partir de dados do Facebook e The Economist Intelligence Unit

A expansão da infraestrutura de telecomunicações que o IPGC Brasil tem estudado e implementado nos quatro cantos do país é uma importante forma de equipar cidadãos, com a disponibilização de internet gratuita nos locais públicos abrindo portas para um futuro de cidadania digital.

Mas não apenas o cidadão é afetado pelas mudanças. Tirando do papel projetos que beneficiam toda a sociedade, em um esforço público-privado, assistimos à transformação das cidades: espaços que antes se viam escuros, inseguros, em estado de deterioração, hoje se iluminam com projetos de modernização dos parques de iluminação pública, indicando que em parte do país um Brasil Inteligente já está se tornando realidade.

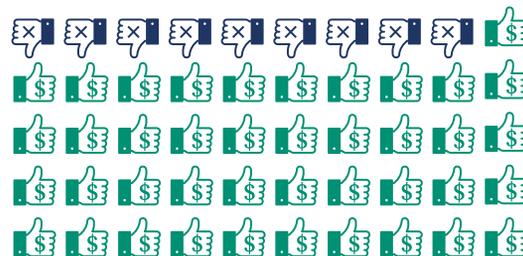
## 2ª Inteligência: Modernizar iluminação pública das cidades

### TECNOLOGIA UTILIZADA POR LUMINÁRIAS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS



- 5% do parque de iluminação já eficientizado com LED
- 95% das luminárias de tecnologia ultrapassada, não eficiente, pois consomem 60% mais energia em média

### MUNICÍPIOS QUE DECLARAM COBRAR TAXA DE ILUMINAÇÃO



- Não declara cobrar taxa de iluminação
- Declara cobrar taxa de iluminação

Fonte: Anuário estatístico de Energia Elétrica - EPE, ABILUX e Banco Mundial

### Iluminação Pública Representa 3,5% do Consumo de Eletricidade do Brasil

Fonte: Anuário estatístico de Energia Elétrica (2020)

Se por um lado, a cidade se ilumina, por outro, a vida se preserva. Além do ganho de segurança que surge com uma cidade mais iluminada, os municípios de um Brasil Inteligente observam a queda nos índices de criminalidade, quando passam a contar com a proteção de câmeras de vídeo e central de monitoramento - avanços que até pouco tempo atrás estavam restritos às grandes metrópoles do país.

### 3ª Inteligência: Tornar municípios mais seguros para se viver

#### MUNICÍPIOS QUE POSSUEM ESTRUTURA ORGANIZACIONAL VOLTADA PARA SEGURANÇA PÚBLICA



- Municípios com estrutura organizacional voltada para segurança pública. 39,8
- Municípios sem estrutura organizacional voltada para segurança pública. 143,5

Fonte: IPGC, a partir de dados da MUNIC (2019)

*Passo a passo, o IPGC Brasil olha para o futuro das cidades brasileiras, sem deixar de constatar a dura realidade da grande maioria, cuja demanda principal ainda é a resolução de uma agenda do século passado: o Saneamento Básico.*

Em outras palavras, é fundamental para o desenvolvimento urbano nacional, que os serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto cheguem à outra metade do país.

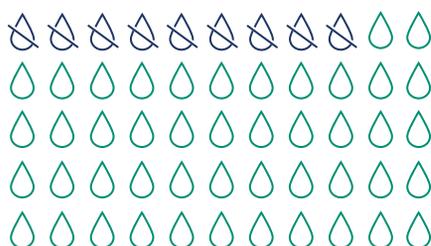
#### RANKING DAS 50 CIDADES MAIS VIOLENTAS DO MUNDO



Fonte: ONG Seguridad, Justicia y Paz (2020)

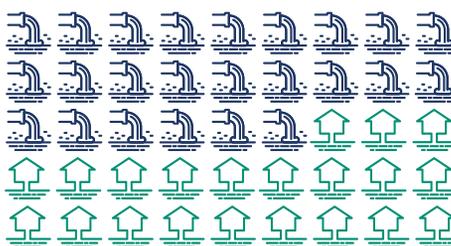
### 4ª Inteligência: Implementar tratamento de água e esgoto nos municípios

#### SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NÃO DISPONÍVEL



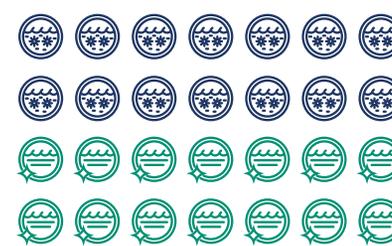
- Sem acesso ao serviço: 35 milhões de brasileiros (16,3%)
- Com acesso ao serviço: 179 milhões de brasileiros (83,7%)

#### ESGOTO NÃO COLETADO PELOS MUNICÍPIOS



- Descartam em rios: 99 milhões de brasileiros
- Com serviço coleta de esgoto: 84 milhões de brasileiros

#### ESGOTO NÃO TRATADO PELOS MUNICÍPIOS



- Esgoto não tratado (50,9%)
- Esgoto tratado (49,1%)

Fonte: Instituto Trata Brasil, a partir de dados do SNIS 2019

## 5ª Inteligência: Oferecer aos municípios uma solução sustentável para a destinação do lixo

### INADEQUAÇÃO NO TRATAMENTO DADO AO LIXO PELOS MUNICÍPIOS



Fonte: Panorama ABRELPE (2020)

**6.000 pontos de contaminação de águas subterrâneas**

Fonte: CETESB

**55 anos para que aterros controlados e lixões sejam encerrados no Brasil**

Fonte: Panorama ABRELPE (2020)



**A destinação incorreta do lixo afeta anualmente a saúde de 77,65 milhões de brasileiros, gerando custo ambiental e para tratamento de saúde de cerca de US\$ 1 bilhão por ano**

Fonte: Panorama ABRELPE (2020)

## 6ª Inteligência: Utilizar fontes alternativas de energia

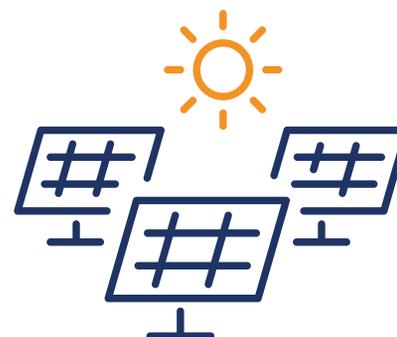
A partir deste último exemplo, podemos perceber que imaginar um Brasil mais inteligente é também pensar em como o nosso desenvolvimento pode ocorrer a partir de bases sustentáveis. Afinal, o mundo está conectado não apenas aos fluxos de informação: a natureza também é sistêmica. E a oferta de energia elétrica, que alimentará a revolução tecnológica dos carros elétricos e das cidades inteligentes, também deve ser discutida sob novas perspectivas. Trata-se de um imperativo não apenas econômico, mas também ecológico e social.

No passado, estabelecendo uma governança vertical, o Brasil obteve extraordinário sucesso na expansão da capacidade instalada de geração de energia. Desta vez, porém, a tarefa é mais complexa: expandir a capacidade, descarbonizar, descentralizar, digitalizar e gerenciar melhor a nossa matriz energética.

Por outro lado, não se pode desconsiderar o fato de que o Estado brasileiro já não tem a mesma capacidade

financeira para grandes investimentos, tendo se concentrado nos últimos anos no papel de regulamentação do setor. Isso sugere que o esforço a que fizemos referência tenha como base um modelo de governança em rede, em que o setor público e o setor privado se articulam para compartilhar riscos, associando-se, ainda, ao terceiro setor, para que novamente possamos ser bem sucedidos nos objetivos estabelecidos.

Até aqui, abordamos temas tido como centrais para imaginarmos um Brasil mais inteligente sob a perspectiva de comparações internacionais e dos projetos que desenvolvemos. Tema transversal a essa discussão, abordaremos a seguir o potencial de impacto ambiental, social e econômico de estender esse futuro a todos os municípios brasileiros.



# Projetando o Brasil de Amanhã

**João Pedro Levenhagen**

*Acadêmico de Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas e assessor de Pesquisa e Desenvolvimento do IPGC Brasil*

Conforme o impacto humano no meio ambiente aumenta e os combustíveis fósseis se tornam mais escassos e onerosos, a humanidade busca um futuro mais sustentável e inteligente por meio das energias renováveis. Por isso, a comunidade internacional disputa uma corrida pela sustentabilidade. As mais influentes nações e corporações do globo buscam a direção para um caminho que simultaneamente ofereça crescimento econômico, harmonia com a natureza e as gerações futuras. O IPGC está aplicando inteligência e estudos para que o Brasil alcance seu potencial transformador como um dos líderes mundiais na corrida do desenvolvimento sustentável.

## ENERGIA SOLAR

Em função de sua posição geográfica privilegiada com irradiação solar, o Brasil tem o potencial de desenvolver seu setor fotovoltaico e subir no ranking de maiores produtores mundiais de energia solar fotovoltaica, se posicionando à frente de países desenvolvidos como Austrália, Japão e Holanda.

O IPGC tem trabalhado com municípios e estados para viabilizar usinas fotovoltaicas de alta tecnologia. Assim, temos a capacidade de tornar pequenas cidades com dificuldade de custear energia elétrica em municípios autônomos.

## ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU)

Utilizando uma inovadora metodologia de contratos de PPP, o Programa Brasil Inteligente para o saneamento básico tem ligação direta com a universalização desse serviço.

Da educação ao turismo, da renda à saúde, a democratização do saneamento básico afeta a todos nós em diferentes setores. Por isso, defendemos que o investimento em distribuição de água, a coleta de esgoto e o seu tratamento têm retorno garantido para toda a sociedade. O Brasil com saneamento básico é um Brasil sustentável, saudável e produtivo.

Por fim, o Programa do IPGC para a solução do problema de resíduos pretende ir além do tratamento e coleta, prevê também a recuperação energética destes materiais.

Por meio de inovadoras tecnologias de termodegradação, é possível gerar energia elétrica com os resíduos, reduzindo o impacto no meio ambiente e gerando economia para os cofres públicos, tudo isso com parcerias público privadas, trazendo investimento privado ao serviço público de qualidade.



Com base em projeções do mercado de termodegradação por gaseificação, a recuperação energética dos RSU atualmente dispostos de forma incorreta tem o seguinte potencial:

de gerar  
**16.000 Gwh**  
por ano atraindo  
aproximadamente

**R\$50 bilhões**  
de investimento  
privado em usinas de  
termodegradação

## ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O IPGC tem como um de seus principais projetos o desenvolvimento de PPPs de Cidade Inteligente, que preveem a eficiência da iluminação pública (IP). E para alcançar esse objetivo, propomos a substituição de todas as luminárias de vapor de sódio e mercúrio do parque de IP do Brasil por luminárias de LED.

A tecnologia do LED permite que o município ofereça uma iluminação de maior qualidade, gastando em média 60% menos

energia, além de ter vida útil maior e menor custo de manutenção. Dessa forma, as luminárias de LED também refletem uma redução de emissão de CO<sub>2</sub> devido ao menor consumo de energia.

Com a proposta de eficiência de todo o parque de iluminação pública do Brasil, o IPGC oferece ao país um futuro de desenvolvimento mais sustentável.

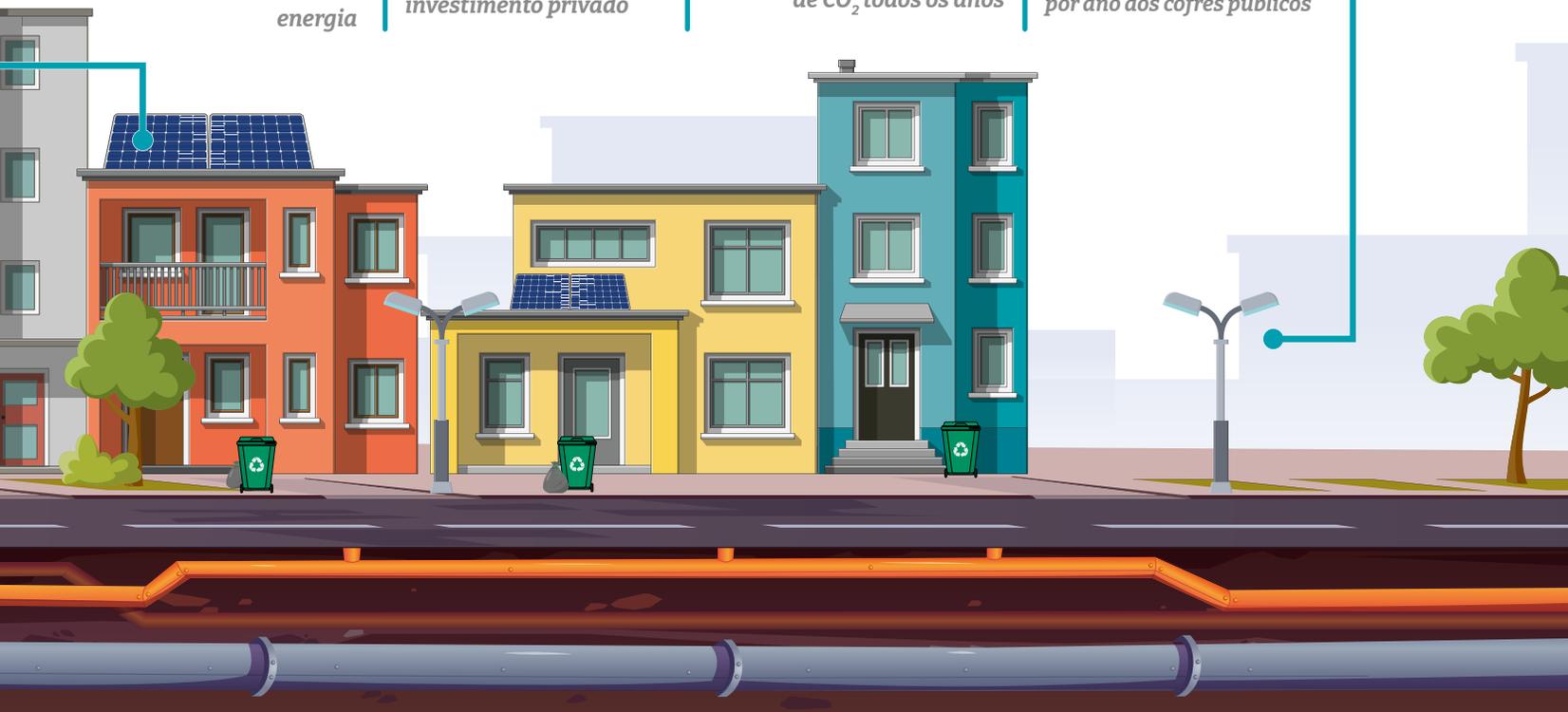
A eficiência do parque nacional de IP tem o potencial de:

Redução de aproximadamente  
**10.000 Gwh**  
no consumo anual de energia

Aproximadamente  
**R\$ 28 bilhões**  
de investimento de investimento privado

Redução de aproximadamente  
**802 mil toneladas**  
de CO<sub>2</sub> todos os anos

Economia de aproximadamente  
**5 Bilhões**  
por ano aos cofres públicos



O Brasil precisa de **R\$ 753 bi** de investimento público e privado para universalizar o saneamento básico até 2036.

**Benefícios:**

**190 bi**  
em aumento de produtividade no trabalho

**447 bi**  
com valorização imobiliária

**42,8 bi**  
com turismo

**6 bi** com redução de gastos na saúde

Crianças com saneamento básico passam **2 anos** a mais na escola

# Programa Brasil Inteligente

**C**om a dificuldade flagrante do poder público em construir projetos estruturantes eficientes, torna-se real a demanda por parcerias, que ajudem estados e municípios na solução de problemas de infraestrutura. Ainda tímidas no país, as parcerias entre o Estado e a iniciativa privada estão dando um novo tom para o desenvolvimento nacional. É preciso que a partir disso consiga-se estabelecer interlocução com os mais diversos atores sociais, e este é um diferencial das PPPs.

A estruturação de uma PPP acontece a partir de um tripé capaz de garantir seu equilíbrio: o governo, sujeito que lidera o processo de estruturação da parceria, a partir da caracterização de uma demanda real a ser atendida; a iniciativa privada, que detém os investimentos e tecnologias capazes de atender a demanda pública com mais eficiência, e a própria sociedade, razão principal desta parceria.

Mesmo a sociedade sendo a principal beneficiária desse processo, ela desempenha outro papel fundamental, que é a mediação dos interesses entre os governos e as empresas. Isso garante equilíbrio e resultados positivos para todas as partes.

Quando a sociedade se organiza para construir um programa de estruturação de parceria entre governos e empresas privadas, ela atua como sujeito ativo neste

processo, fortalecendo os princípios democráticos, reduzindo os espaços para a corrupção e qualificando entregas do próprio Estado.

É a partir desta concepção que o IPGC Brasil, grupo da Sociedade Civil, vem se desenvolvendo como uma Instituição capaz de participar ativamente do processo de estruturação de parcerias para o bem comum. A própria sociedade, parte fundamental desse equilíbrio das PPPs, se organiza para a abertura de um campo de diálogo entre o setor público e privado, visando ampliar as parcerias em todo o país.

Além de todo o processo de estruturação de uma parceria, ou seja, de ponta a ponta, passando pelo diálogo com os governos, a identificação das demandas, a realização de estudos e modelagem, o diálogo com o setor privado, até a celebração da parceria, estamos propondo também ser o mediador dessas parcerias através da verificação independente dos contratos.

Nosso objetivo é atuar junto à própria sociedade, desenvolvendo programas duradouros, cuidando do bem comum e dos interesses da coletividade, evitando assim as rupturas típicas dos governos a cada eleição e promovendo a responsabilidade social das empresas do setor privado.

# Mapa Mental do Programa

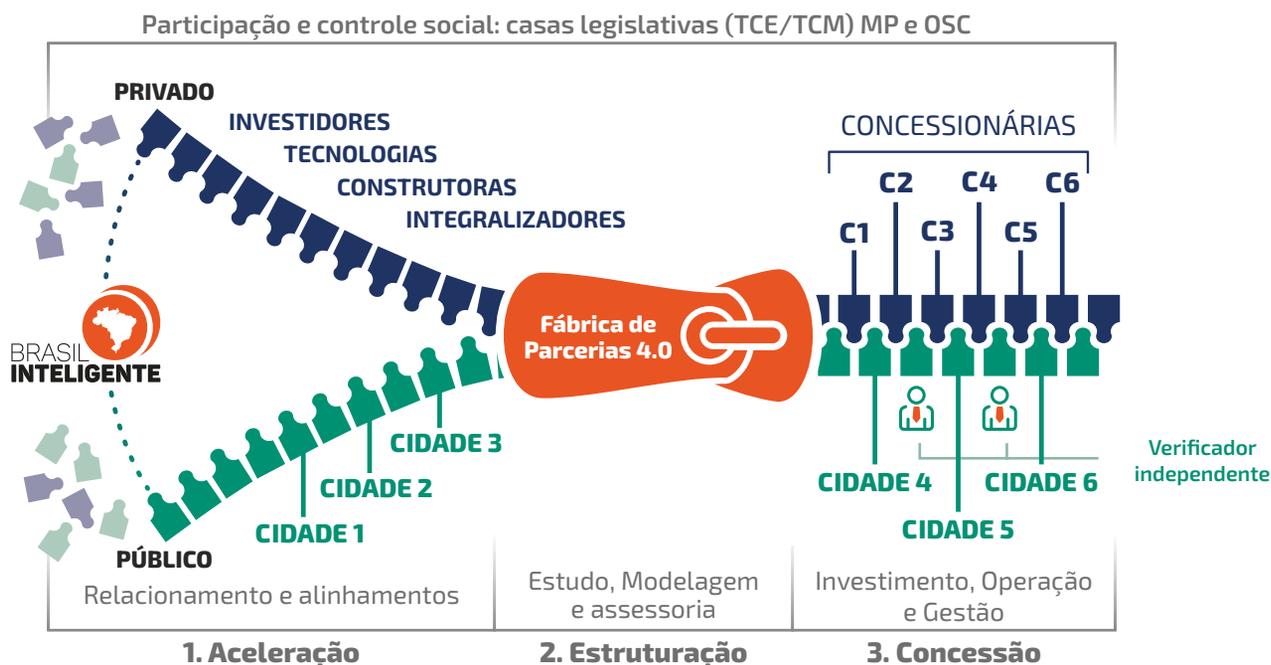
A diversidade da Equipe do IPGC Brasil, suas pesquisas - e inúmeras vivências - são alguns aspectos que nos permitiram subsidiar o desenvolvimento de uma engenharia processual sensível aos inúmeros problemas de infraestrutura nas cidades e estados brasileiros. Um país inteligente é aquele capaz de identificar com clareza seus gargalos e apontar soluções objetivas, acessíveis, permanentes e sustentáveis.

Através do mapa mental abaixo, buscamos representar, ainda que de forma simplificada, a organização do programa, os principais atores envolvidos e suas posições estratégicas neste campo da infraestrutura. Acreditamos na nossa capacidade enquanto nação, e sabemos que o embaraço da infraestrutura não se trata de ausência de dinheiro, tecnologias, ou demandas da população.

Nosso maior desafio é construir inteligência capaz

de potencializar governos locais e regionais através de capacitações e bons projetos. Outra grande empreitada é desenvolver o setor privado, para que não almeje apenas lucros imediatos nas vendas de balcão, mas que se torne um financiador de soluções estruturadas. Dessa forma, a iniciativa privada garante o lucro e entrega projetos capazes de promover mais qualidade de vida à sociedade.

As PPPs de Cidades Inteligentes não se limitam ao incremento de novas tecnologias na prestação de serviços públicos, como o LED, a usina fotovoltaica ou fibra óptica. Necessariamente, a inteligência precisa estar presente desde a concepção do programa, passando pelo mapeamento e posicionamento dos atores, a gestão de processos e custos e os estudos multidisciplinares, até chegar à mediação das parcerias.



## Legenda

\* TCE - Tribunal de contas dos Estados

\* MP - Ministério Público

\* TCM - Tribunal de contas dos municípios

\* OSC - Organizações da sociedade civil

# Fábrica de Parcerias e Inovação

**U**m exercício tão subjetivo como estruturar parcerias parece não estar alinhado à ideia de fábrica, espaço que simbolicamente nos remete à produção de algo material. Mas é justamente essa a nossa ideia: unir áreas distintas, que precisam atuar de forma cooperativa para alavancar o desenvolvimento da infraestrutura do Brasil.

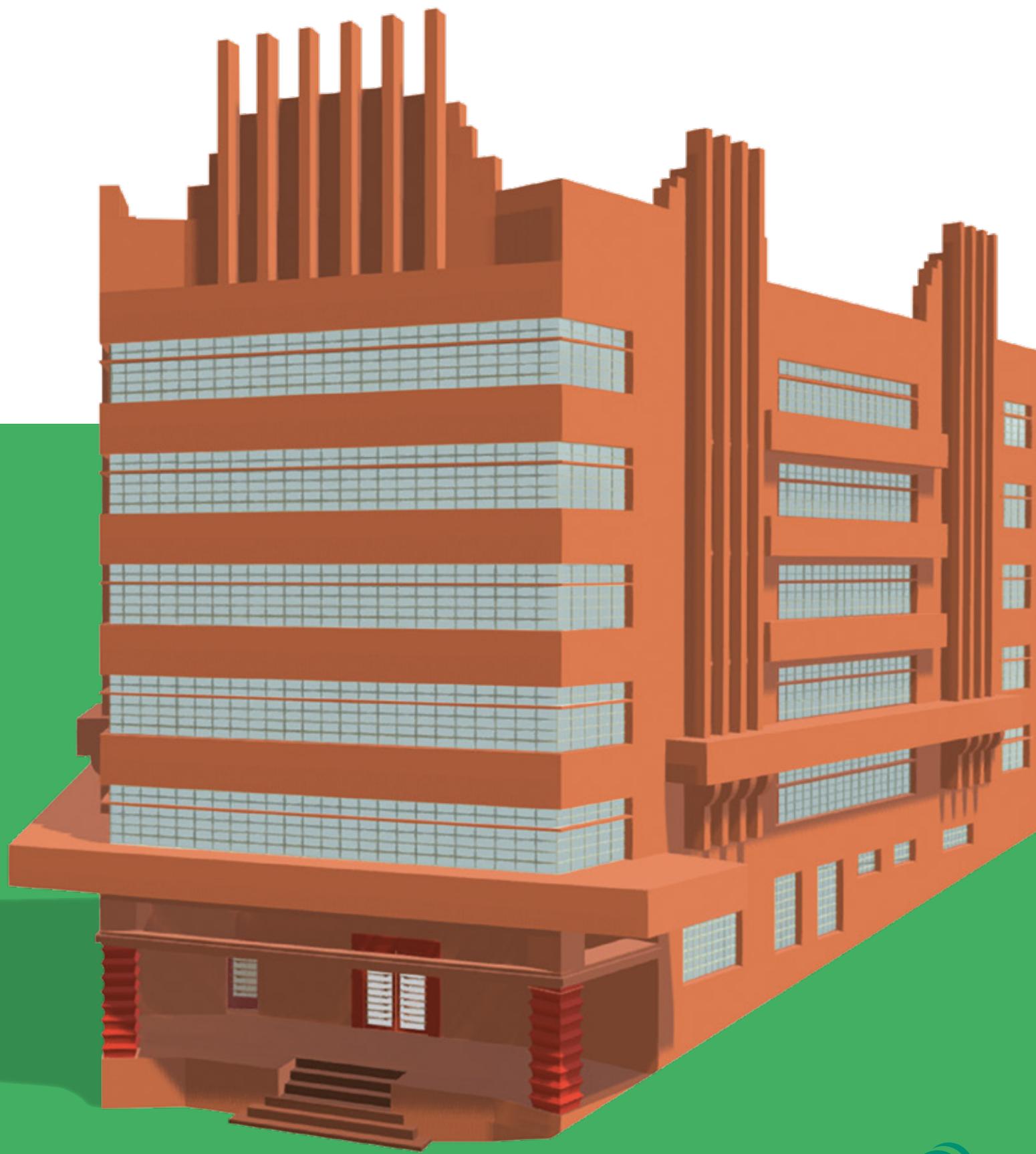
As parcerias público-privadas são carregadas de desafios subjetivos, que passam pela construção de laços de confiança, boa-fé, cooperação e disposição ao diálogo. Mas existem também os obstáculos práticos, como os projetos de engenharia, base para definição dos investimentos, os indicadores de desempenho, compromissos contratualizados, além das obras e serviços. Para nós, este é o maior desafio: integrar subjetividade e objetividade em projetos que façam sentido para governos, iniciativa privada, e principalmente para a população.

É a partir desse entendimento que um grupo da sociedade civil organizada, através do IPGC Brasil, coloca à disposição do país a primeira Fábrica de Parcerias para unir setores público e privado a serviço do desenvolvimento sustentável. Mais que projetos, nossa fábrica integra conhecimentos das áreas humanas e exatas, transformando nossas propostas em um instrumento de convergência de parcerias, e não sendo o fim em si

mesmo. A entrega somente de projetos, como se vê na maioria das consultorias do setor, não é capaz de garantir o sucesso das parcerias. Nós vamos além, porque acreditamos que é preciso engajamento, diálogo permanente e acompanhamento integral para que as parcerias que foram motivadas pelos projetos possam prosperar e se tornar sustentáveis.

Mais do que pensar de forma disruptiva, é necessário inovar e integrar novas tecnologias como inteligência artificial, robótica e internet das coisas. Conhecimentos que há alguns anos eram desconhecidos, hoje estão presentes em nosso cotidiano e auxiliam na solução de problemas das comunidades mundo afora. São tecnologias pertencentes a um conceito bem familiar no setor industrial: a Indústria 4.0.

Desde a concepção da Fábrica de Parcerias, o IPGC Brasil tem integrado o que há de mais avançado no desenvolvimento de projetos e integração de diferentes interlocutores no processo de estruturação de parcerias. Em um país de dimensões continentais, as novas tecnologias se tornaram cada vez mais importantes para impactar significativamente a produtividade, pois propiciam a integração do Brasil em cadeias globais de valor, aumentam a eficiência do uso de recursos e o desenvolvimento de projetos em larga escala.



### Modelagem Licitatória e Contratual

A modelagem é o conjunto de documentos que norteará a seleção do parceiro privado. A modelagem contratual e licitatória irá estruturar as parcerias ao longo de toda a concessão, como o contrato e os indicadores de desempenho.

### Aprovação do Governo

Com a entrega do Estudo de Viabilidade, o gestor terá em mãos todas as informações referentes às fases do programa. Este é o momento de alinhar as expectativas. Dessa forma, o poder público poderá fazer as ressalvas que julgar necessárias para a implantação do projeto.

### Estudo de Viabilidade

O estudo de viabilidade é individualizado para cada parceria e integra as áreas de engenharia, economia, ambiental, jurídica e administração pública. Esse estudo é fundamental para dar embasamento técnico e jurídico aos governos na tomada de decisões com base em evidências científicas, ou seja, decisões mais assertivas para gerar impacto social.

### Mapeamento de Oportunidades

A ampla diversidade do país, por seus diferentes aspectos culturais, sociais e econômicos, exige que sejam realizados estudos para identificar potenciais parcerias. O resultado desse estudo é a carteira de parcerias de cada governo, seja ele municipal ou estadual.

### Estruturação do Programa de Parcerias

Para cada município e/ou estado, o IPGC Brasil assessora na estruturação do programa de parceria, desde a capacitação dos governos até a aprovação da Lei de Parcerias e constituição de seu Conselho Gestor.

### Adesão ao programa através do Acordo de Cooperação

O processo de estruturação da parceria tem início na adesão dos governos estaduais e municipais ao Acordo de Cooperação, com base no marco regulatório do Terceiro Setor (Lei: 13.019/14), e na Lei de Concessões (Art.21 da Lei: 8987/95), sem custos diretos aos cofres públicos.

### **Consulta, Audiência Pública e Road Show**

É um dos momentos mais importantes de todo o projeto, por envolver questões de interesse público. Aqui acontece a participação de todos os interlocutores da parceria. A proposta é apresentada à população, que através da consulta pública poderá realizar sugestões. É uma ocasião em que os potenciais investidores também terão acesso aos detalhes do projeto.

### **Assinatura do Contrato de Parceria**

A duração de um contrato de parceria pode variar de 5 a 35 anos. Esse documento estabelece as regras e a relação entre os parceiros durante o tempo de concessão.

### **Concorrência Pública - Licitação**

Através de ampla concorrência, os governos buscam o melhor parceiro privado para realizar os investimentos e operar os serviços.

### **Ajustes e Revisão Final**

Com as sugestões feitas pela população e demais pessoas envolvidas no processo, o projeto passa por revisão e ajustes finais.

# **Indústria 4.0 de Parcerias Público Privadas**

A Indústria 4.0 é um conceito que representa a quarta revolução industrial, e tem como característica principal a automação de processos repetitivos e a integração de diferentes tecnologias, como inteligência artificial, robótica, internet das coisas e computação em nuvem. O principal objetivo é promover a digitalização das atividades, otimizando processos, reduzindo custos e aumentando a produtividade.

# O Futuro das Cidades

A sociedade já desenvolveu diversas tecnologias e processos de trabalho, que quando utilizadas tornam as cidades mais inteligentes, humanas e sustentáveis. Através desta ilustração abaixo, apontaremos algumas soluções viáveis para as cidades e que fazem parte do Programa Brasil Inteligente.

*Contratos mais inteligentes (contratos de PPPs) reduzem a burocracia, garantem continuidade dos serviços, unificam diversos serviços de áreas afins e diminuem os custos.*

*Luminárias de LED que reduzem em até 60% o consumo de energia e melhoram a qualidade da iluminação, além de não poluir o meio ambiente.*

*Energia solar, fonte renovável de energia com baixo custo.*

*Pontos de wifi nas praças e parques para democratizar o acesso a internet.*

# Brasileiras

Usina de tratamento de resíduos com geração de energias.



Centro de controle e operação, local de monitoramento do município que integra as câmeras e todos os sensores de uma cidade inteligente.



Câmeras de videomonitoramento nas vias para a segurança pública.



Estação de tratamento de água para distribuição à população.





**Entrevista:**

# Viviane Moura

**S**uperintendente de Parcerias e Concessões Viviane Moura Bezerra, graduada em Direito, pós-graduada em Gestão Pública pela FUNDACE-USP, com especialização em Licitações e Contratos pela FGV e MBA em Concessões e PPP pela FESP/London School of Economics and Political Sciences.

***Gostaríamos que fizesse um breve apanhado e nos dissesse como o Governo do Estado do Piauí torna-se, hoje, referência nacional no desenvolvimento de PPPs. Como o trabalho foi desenvolvido para que chegasse a esse ponto?***

Para fazer um resumo bem prático, podemos dizer que em 2015 o governador decidiu criar esse programa e estabeleceu algumas linhas mestras para que a gente trabalhasse o desenvolvimento de uma carteira. Dentre essas linhas e premissas ele decidiu que deveríamos trabalhar projetos que, ao mesmo tempo, ajudassem a prover infraestrutura, melhorassem a prestação de serviços, mas que também tivessem potencial de transformação e inclusão social. E que a gente sempre observasse o crescimento e desenvolvimento de pessoas.

Em 2015, começamos com três projetos. O nosso grande desafio era ultrapassar a barreira do desconhecimento. Então, decidimos iniciar pela implementação do projeto nas rodovias, equipamentos geridos pelo poder público com vários problemas de infraestrutura e gestão e, a partir daí, criar um ambiente para desenvolver os outros dois projetos: A SEASA e o Saneamento de Teresina.

Nessa caminhada, ao longo de seis anos,

saímos de três para quarenta e cinco projetos. Temos, atualmente, 15 contratos firmados, dentre os quais, duas PPPs pioneiras no Brasil: a PPP da Telecomunicação - Piauí Conectado e a PPP das oito mini usinas de energia solar fotovoltaica.

A gente só conseguiu chegar onde chegou porque tem um governador que de fato lidera a pauta, se compromete e se interessa por essa agenda e passa mensagens de confiança credibilidade com relação à gestão governamental.

***Toda sua formação profissional parece ter sido direcionada para a função que ocupa hoje, à frente da Superintendência de Parcerias e Concessões no Governo do Estado do Piauí. As PPPs sempre estiveram no seu campo de visão como o futuro das políticas públicas? Como foi esse caminho até aqui?***

Não que as PPPs estivessem no radar quando eu comecei a trabalhar com gestão, mas eu sempre gostei do tema Gestão Pública, sempre fui fascinada por Direito Administrativo. Em 2005, quando fiz minha primeira pós pela USP em Gestão Pública, eu descobri que era possível promover a transformação e o desenvolvimento de um lugar, através de uma gestão compartilhada e cola-

borativa, em parceria com a iniciativa privada.

Para minha felicidade, eu descobri as PPPs em 2005. Tive a honra de trabalhar no primeiro projeto de parceria público privada do governo federal, ainda no governo do presidente Lula. Aí sim comecei a entender que havia várias alternativas para as concessões comuns. Então passei a buscar incessantemente modelos de contratação e alternativas para as minhas inquietações em relação às entregas do poder público para a população.

Eu voltei para o Piauí no final de 2007, início de 2008. Eu sabia que conseguiríamos usar as ferramentas e conhecimentos que tinha adquirido para entregar aquilo que a população sempre quis: Melhores serviços. A sociedade quer receber o serviço com preseteza, eficiência, celeridade e cabe a nós fazer essa entrega.

***Qual o papel que uma parceria público-privada tem na construção de um ambiente social transformador? As PPPs são a melhor ou a única opção para o desenvolvimento do Brasil?***

As PPPs são uma das alternativas para o desenvolvimento do Brasil. O gestor tem várias opções. Eu confesso que, antigamente, pensava as parcerias com a iniciativa privada

como ferramentas. Hoje, elas deixaram de ser um mero instrumento para ser uma alternativa para a implementação de políticas públicas extremamente relevante.

A PPP é muito mais que um contrato. É a possibilidade da entrega de um serviço que tem o potencial, de fato, de transformar um lugar. As parcerias podem e devem ser aplicadas, não como uma modalidade de contratação, mas como uma visão de modelo de gestão. Junto com outras ferramentas, ela pode auxiliar no processo de transformação de uma região, com melhoria social, inclusão da população e diminuição das desigualdades.

#### ***Em que medida as PPPs contribuem para a superação de um dos maiores males brasileiros: a extrema desigualdade social?***

Entrega de melhores serviços. A escolha de projetos de projetos a serem trabalhados com a iniciativa privada faz muita diferença no final do dia para a promoção do desenvolvimento, da qualidade de vida e da diminuição das desigualdades. Você está escolhendo as pessoas que serão atendidas por esses projetos.

O projeto Piauí conectado, por exemplo, trata uma estrutura inovadora, uma rede de comunicação e transporte de dados. O principal cliente, teoricamente, seria o governo dentro do contrato. Porém, esse projeto foi estruturado pensando em como melhorar a vida de pessoas, como dar acesso às pessoas que ainda não tem. Tratamos a população como cliente final.

Todos os nossos projetos têm esse viés. Inclusão social, geração de oportunidades, principalmente de trabalho, capacitação e qualificação de mão de obra especializada para novos setores, pensando a longo prazo, e busca pela redução das desigualdades..

#### ***Recentemente, a PPP da Nova Ceasa conquistou***

#### ***o primeiro lugar na premiação promovida pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (Unece), no Fórum Internacional de PPP da ONU. Em que medida esse reconhecimento contribui para a evolução das parcerias público-privadas no Brasil e como coroa o trabalho desenvolvido no Piauí?***

Desde o começo, tínhamos uma preocupação muito grande em trazer a agenda 2030 para dentro do programa. Desde o começo do segundo mandato do governador Wellington Dias, nossa meta tem sido aumentar o IDH do estado. Dentro dessa perspectiva, a infraestrutura não pode ficar de fora. Então, quando desenhamos o programa, observamos o planejamento do estado e sua perspectiva.

Então, em 2018, vimos nascer o Fórum Internacional de PPPs da Unece. Em 2019, começaram a falar um pouco mais sobre um conceito que haviam adotado: como as pessoas deveriam estar no centro dos projetos.

Como nós já vínhamos trabalhando nessa linha, sentimos uma necessidade de nos aproximarmos da Unece para que pudessem conhecer nosso modelo de atuação. Também, para que pudessemos assimilar melhor os conceitos por eles trabalhados de maneira a incorporá-los em nossos trabalhos.

Então, inscrevemos a nova CEASA em 2018 e lá ela já foi selecionada como um dos 20 melhores projetos do mundo, entre mais de 200 inscritos. Nós apresentamos o projeto em Genebra e tivemos a oportunidade de colocar o Brasil assentado pela primeira vez no Palácio das Nações para apresentar um projeto de PPP.

Para nossa surpresa, no final de 2020, inscrevemos novamente a nova CEASA, em função dos avanços e em razão do que eles haviam estabelecido como metas para a participação. Dentre os 150 projetos apresentados, fomos selecionados entre os 5 melhores do mundo. E, então, quando fizeram uma eleição democrática online, aberta à participação popular, nós

vencemos a disputa como o melhor projeto de parceria público-privada do mundo, em uma disputa com a China, Espanha, Bermudas e Filipinas.

#### ***Viviane, o Brasil convive há muitos anos com a corrupção sistêmica. Como uma das líderes de uma geração de novos gestores nacionais, como você enxerga a necessidade de superar a visão comum da população em relação ao serviço público? Em que medida as PPPs sofrem com essa perspectiva do público e como trabalham no sentido de melhorar essa visão?***

Primeiro, precisamos promover muita transparência! E isso só é possível com muito diálogo e muita participação. Sempre trabalhamos nesse sentido aqui no Piauí, garantindo a participação da sociedade em todas as etapas dos nossos projetos.

É muito comum fazermos inúmeras rodadas de apresentação, rodadas de reuniões, para além das audiências públicas para que os cidadãos e os atores envolvidos possam participar e sugerir mudanças e adaptações aos projetos. Se a gente faz projetos fechados a gente promove a desconfiança, a suspeição. Então, procuramos sempre trabalhar com o máximo de transparência, garantindo a amplitude do direito de acesso à informação.

Estamos caminhando para um novo modelo de gestão: o Governo Digital. E ele tem que estar aberto para que as pessoas possam se envolver. Tem que ser acessível e promover o acesso. Como governos contratam, quem contratam e por que contratam? Todas essas são questões que precisam ser respondidas de forma muito clara.

Aqui no Piauí temos site, instagram, facebook. Procuramos disponibilizar todos os projetos, atos, cadernos, estudos dentro de um sistema integrado, compartilhado diretamente com o Tribunal de Contas, que tem o poder de acompanhar os projetos desde o início.

## Entrevista:

# Edson Vilela

**D**esta vez, quem fala é Edson Vilela, prefeito reeleito com candidatura única em Carmo do Cajuru - MG. Arquiteto e Urbanista de formação, Edson nos contou sobre a satisfação pessoal que sente em ver a vida do povo cajuruense sendo transformada por meio de intervenções inteligentes em uma área tão negligenciada como a de Infraestrutura.



### CIDADE INTELIGENTE

O termo 'Cidade Inteligente' implica que o município adota mecanismos para que os processos internos sejam realizados de forma mais eficiente, causando verdadeira transformação na vida dos cidadãos. A implementação de luminárias de LED e câmeras de videomonitoramento apresenta impactos diretos na vida do cidadão, mas lembrou também dos enormes benefícios trazidos para a cidade com a realização da PPP de Usina Fotovoltaica. A Usina fotovoltaica representa um avanço tecnológico enorme para o município, que passa a ser independente com relação à sua produção de energia, além de economizar muito dinheiro, que pode ser revertido para atender a outras demandas dos municípios.

O fornecimento de wi-fi público e gratuito através do sistema de iluminação pública é uma solução que permite dar mais passos em direção ao que chamamos de Cidade Inteligente. Vamos desenvolver APPs que permitam que os cidadãos resolvam todas as suas demandas com a prefeitura.

### SOBRE O IPGC

O IPGC foi o instrumento inicial que deu

vida a esse projeto. Há muitos 'paraquedistas' que aparecem na prefeitura com projetos e depois somem. O IPGC, por outro lado, é um instituto que, além de ter nos ajudado a dar o start, continua conosco, avaliando o andamento do projeto e oferecendo assessoria a cada novo passo. O Instituto tem perfil, corpo técnico e profissionais que conseguem nos dar segurança para avançar com o projeto. Não haveria empresas interessadas no projeto se ele não apresentasse a qualidade técnica, jurídica e de dados que o IPGC oferece.

### VISÃO DO CIDADÃO

É perceptível que a população está feliz com a iniciativa, e isso é o mais importante, pois não permite que gestores futuros possam simplesmente pegar todo esse avanço e jogar na lata de lixo. Quando uma pessoa se assenta na cadeira da administração pública, ela a faz para representar o povo e fazer o que lhe foi solicitado.

### UMA NOVA CARMO DO CAJURU

Já temos 100% do parque de iluminação pública modernizado, com lâmpadas de LED no lugar das antigas lâmpadas, o que reduz o

problema da emissão de vapor de sódio, garante economia para o município e leva mais segurança para os moradores. Atualmente, estamos em processo de implantação do cabeamento com fibra óptica.

O fornecimento de wi-fi público e gratuito através do sistema de iluminação pública é uma solução que nos permite dar mais passos em direção ao que chamamos de Cidade Inteligente. Vamos desenvolver apps que permitam que os cidadãos resolvam todas as suas demandas com a prefeitura.

É perceptível que a população está feliz com a iniciativa, e isso é o mais importante. Quando uma pessoa se assenta na cadeira da administração pública. Já demos início à construção das usinas e tudo estará pronto até Julho deste ano.

### O RECONHECIMENTO

Em um município de 24 mil habitantes, é comum que haja uma disputa política de antagonismo e polaridade. O fato de eu ter sido reeleito sem opositores deixa claro que a população de Carmo do Cajuru vê os resultados do nosso trabalho e reconhece os frutos que o nosso governo tem gerado para a cidade.

# Fórum Iluminação Pública e Cidades Inteligentes: O IPGC Brasil na B3



Fórum Iluminação Pública e Cidades Inteligentes

**E**m 2018, quando Edson Vilela acreditou em nosso projeto de transformação e o levou a Carmo do Cajuru, cidade a 115 km de Belo Horizonte, ele não imaginava que este seria o responsável por tornar o município referência nacional no ramo das PPPs. Não fosse a coragem e visão do prefeito, as cidades brasileiras não teriam conhecido a PPP de Cidade Inteligente, um modelo que funciona na prática, como bem exemplifica Carmo do Cajuru.

Pela porta aberta por Carmo do Cajuru, entraram também Ouro Preto, Quixeramobim, Campo Belo, Uberaba e outras 132 cidades brasileiras - e contando. A notícia correu o Brasil até que, em abril de 2021, contamos a nossa história para os mais de cem participantes do Fórum Iluminação Pública e Cidades Inteligentes. Tudo que fizemos até aqui nos levou ao palco de uma das

principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro do mundo: a Bolsa de Valores de São Paulo (B3).

O evento, que aconteceu nos dias 13 e 14 de abril de 2021, foi realizado pela Hiria e correalizado pela FGV e a B3. Autoridades do setor de Iluminação Pública e Cidades Inteligentes de todo o país debateram sobre as melhores práticas, experiências e soluções para tornar a infraestrutura das cidades brasileiras mais inteligente.

Em uma fala especial, nosso diretor presidente Leonardo Santos apresentou o projeto audacioso do IPGC para todo o Brasil. Viviane Moura, Superintendente de Parcerias e Concessões do Piauí, que também esteve presente no evento, destacou a parceria entre o Governo do Estado e o Instituto, que já rendeu bons frutos ao estado do Piauí.

# Por que o Caminho das Parcerias?

## Comparativo entre contratações públicas sob o regime da lei 8.666 e lei 11.079

**Luís Fernando Parma**

*Gestor Público, Especialista em Processos e Gerente de Projetos do IPGC Brasil*

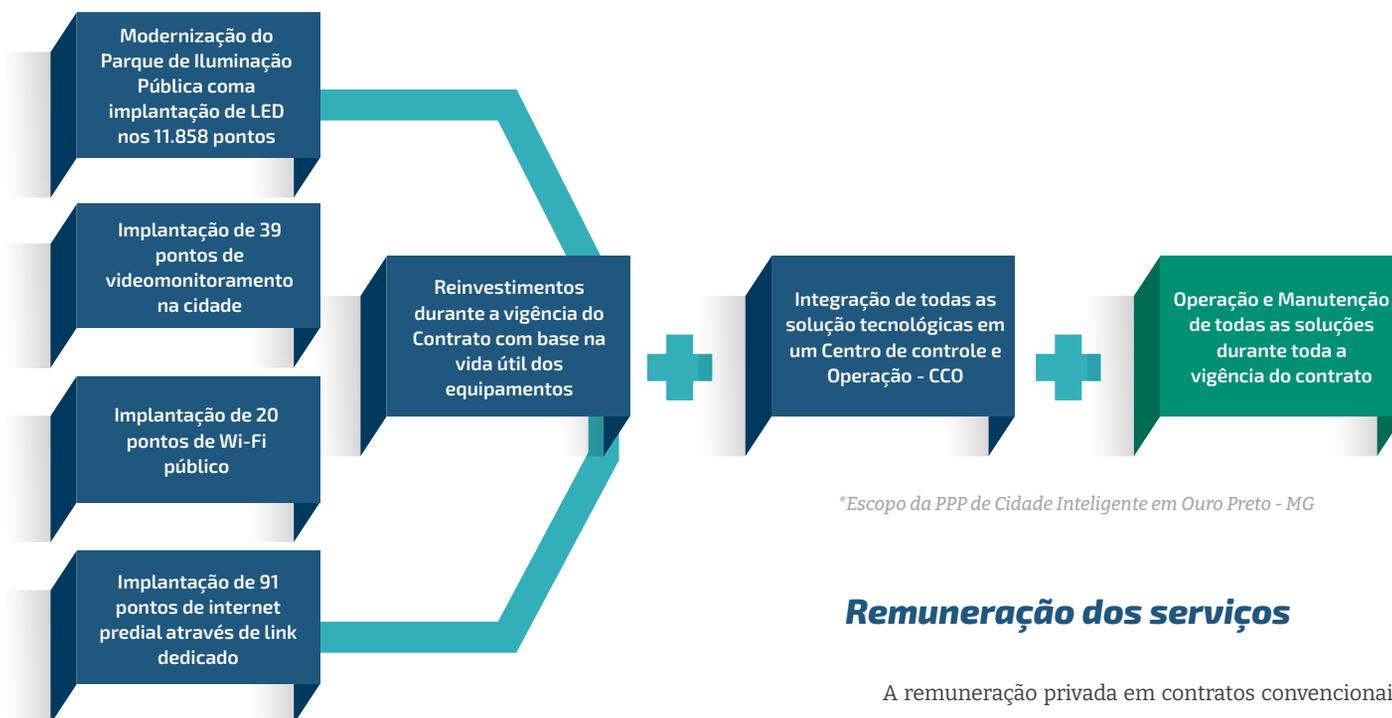
Os gestores públicos, sobretudo municipais, já possuem familiaridade com as formas convencionais de contratações públicas provenientes da Lei 8.666/1993, a Lei Geral de Licitações, recentemente reformada em seu texto pela Lei 14.133/2021. No entanto, a julgar pela complexidade e especificidade do objeto das contratações, cabe a esses gestores analisar outros mecanismos e arranjos de contratações que garantam maiores condições de execução e garantias de eficiência na prestação dos serviços.

Além da singularidade dos serviços, cabe ressaltar também o contexto de enormes dificuldades financeiras que os municípios brasileiros atravessam, especialmente os de pequeno e médio porte, em decorrência da queda de arrecadação proveniente da pandemia da Covid-19 e claro, da desproporcionalidade de repartição fiscal estabelecida pelo pacto federativo. Todo esse contexto abalou

a capacidade de investimento em áreas prioritárias da administração pública, como a manutenção e operação da infraestrutura pré-existente, além de inviabilizar expansões e modernizações que visam garantir a eficiência e qualificação dos serviços prestados à população.

Diante deste cenário, as parcerias e concessões se colocam como ferramenta facilitadora, conciliando em seu arranjo de contratação a capacidade de investimento necessária para suprir os déficits da infraestrutura. Elas também proporcionam à gestão municipal melhores condições gerenciais de acompanhamento e gestão desses contratos, diminuindo a carga burocrática e potencializando os esforços nos resultados efetivos dos serviços.

Mas em que medida os modelos de parcerias se distinguem tanto dos modelos convencionais de contratações? A fim de comparação, podemos elencar aqui os principais pontos:



\*Escopo da PPP de Cidade Inteligente em Ouro Preto - MG

## Remuneração dos serviços

A remuneração privada em contratos convencionais se baseia na mensuração de aspectos “meio”, como por exemplo, medições em projetos de engenharia. Além disso, este modelo exige do corpo técnico responsável pleno conhecimento específico do escopo da licitação, pois a especificação dos itens é realizada de forma minuciosa. Já nas parcerias, o sistema de pagamento prevê remuneração por desempenho na oferta dos serviços, atrelando necessariamente o desembolso público ao atendimento de aspectos finalísticos, como o cumprimento de metas e indicadores de desempenho. Essa metodologia de remuneração por resultados confere maior eficiência e efetividade na contratação.

Neste sentido, diante do contexto financeiro dos municípios brasileiros, cumpre salientar que a depender dos escopos e objetos estudados para cada projeto, as parcerias e concessões podem garantir diminuição dos custos agregados a determinadas soluções e representar um importante auxílio na retomada do potencial de investimento dos municípios brasileiros.

Essa tem sido a linha de atuação do IPGC, que através da identificação de demandas e carências na infraestrutura urbana municipal, realiza, em parceria com as prefeituras e estados de todo o Brasil, minuciosas análises e estudos diagnósticos no intuito de identificar essas demandas públicas e transformá-las em oportunidade

## Tempo de vigência dos contratos

O regime convencional de contratações não permite a utilização de prazos longos, enquanto os contratos de parcerias possibilitam a celebração de contratos de até 35 anos. Isso garante maiores condições de amortização dos investimentos realizados pelo parceiro privado, além de transferir a ele os riscos e encargos da operação e manutenção dos ativos a longo prazo.

## Complexidade do objeto e a conglomeração de soluções e redução de custos

Contratos celebrados com respaldo na Lei 8666/93 não possibilitam a integração de múltiplas soluções, tendo como premissa o fracionamento das demandas em múltiplos contratos. Já os contratos de parceria possibilitam a conglomeração e integração de distintas naturezas de soluções num mesmo instrumento contratual, o que garante considerável redução dos custos administrativos tanto anterior à contratação, quanto na gestão futura desses contratos.

de investimento para a iniciativa privada, zelando pela sustentabilidade na relação entre as partes e colocando sempre o cidadão, consumidor final dos serviços públicos, como centro das atenções.

## O caso de Ouro Preto - MG

Declarada em 1980 pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, a cidade de Ouro Preto, além de ícone do cenário artístico-cultural brasileiro é também um dos mais prestigiados destinos turísticos nacionais, recebendo gente do mundo todo.

Entretanto, toda a história e potencial turístico internacional não livraram Ouro Preto da realidade compartilhada pela maioria das cidades brasileiras, que enfrentam atraso tecnológico, impactando diretamente a qualidade da infraestrutura urbana local.

Foi no intuito de proporcionar à cidade maior entendimento de suas carências e auxiliar a administração municipal na tomada de decisão amparada por evidências que o IPGC e a prefeitura iniciaram no ano de 2019 uma cooperação técnica. Com objetivo de dar suporte a estruturação de projetos que pudessem modernizar a infraestrutura municipal e ampliar as condições de prestação de serviços à população é que colocamos nosso time em campo para desenvolver um projeto que entraria para a história da cidade.

Todos os resultados dos estudos de viabilidade de ordem técnica, econômica e jurídica foram realizados e submetidos à Prefeitura, Câmara Municipal e à população. Em linhas gerais, o resultado evidenciou um atraso tecnológico na infraestrutura municipal, diversos problemas na gestão dos contratos de fornecedores, além do custo elevado para a precária manutenção dos serviços pré-existentes nas áreas de iluminação pública e conectividade.

Embasado pelo diagnóstico municipal, coube ao IPGC, juntamente com a Prefeitura, estruturar o escopo

necessário para a resolução das defasagens nas áreas de iluminação pública, oferta de internet aos prédios públicos, videomonitoramento e Wi-Fi público. Assim, foram realizadas junto aos órgãos municipais diversas análises e levantamentos para entender quais eram os pontos que necessitavam de atenção e melhorias nas soluções tecnológicas propostas pelo projeto, o que nos possibilitou chegar ao escopo ideal para atendimento da administração pública.

Após o fechamento do escopo de soluções e - da ava-

### ESCOPO INTELIGENTE

EFICIENTIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES: INTERNET LINK DEDICADO, WIFI PÚBLICO E VIDEOMONITORAMENTO

Licitação Única (concorrência pública)

**ECONOMIA DE RECURSOS PÚBLICOS**

Múltiplas Licitações ao longo dos anos

**PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS**

#### PREMISSAS DE CÁLCULO

<sup>1</sup> O prazo do contrato de PPP é de 25 anos, por esse motivo foram considerados os custos no cenário 8.666 durante o mesmo período.

<sup>2</sup> Para fins de análise, os custos referentes aos dois modelos são apresentados em Valor Presente Líquido (VPL).

liação de todos os custos que envolvem a implantação, operação e manutenção das soluções tecnológicas ao longo dos anos - realizamos o estudo para avaliar qual o melhor custo benefício a partir das alternativas de contratação pública. Podemos observar no infográfico o comparativo financeiro entre a contratação do mesmo escopo sob o regime da lei 8.666/93 e o modelo com base na lei 11.079/04.

O que fica evidenciado nas análises de custo benefício a partir dos modelos de contratação com respaldo

da lei 8.666 e na lei 11.079 é que, se bem avaliados, alguns objetos, por essência, são altamente indicados para a contratação através dos arranjos de parcerias, a julgar por sua complexidade, singularidade e riscos envolvidos em sua execução. Enquanto isso, o arranjo de contratação convencional preza pelo fracionamento do produto final dos contratos o que acaba por expandir as demandas gerenciais e custos burocráticos, culminando em maior gasto público a longo prazo.



\*Estudo comparativo da PPP de Cidade Inteligente em Ouro Preto - MG

<sup>3</sup> Os valores referentes ao cenário 8.666 foram obtidos através de pesquisas do IPGC junto a plataformas públicas como o Banco de Preços e Painel de Preços, além de portais municipais de transparência.

<sup>4</sup> Os materiais, equipamentos e serviços orçados no modelo 8.666 possuem grande

similaridade com os previstos no escopo do projeto PPP.

<sup>5</sup> No cenário 8.666 fora considerado o financiamento do valor de investimento na aquisição de luminárias LED e a amortização desse empréstimo acrescido no custo mensal do cenário.

<sup>6</sup> No cenário 8.666 foram consideradas a prestação de serviços ou locação de ativos das soluções de conectividade que integram a infraestrutura de telecomunicações.

# Desestatização: Privatização, Concessão ou Parceria Público-Privada?

Mirelle Ferreira Brant

Advogada, Especialista em Direito Público, Coordenadora Jurídica do IPGC

**P**rotagonistas de grandes debates, os termos *desestatização*, *privatização*, *concessão* e *parceria público-privada*, são comumente entendidos por governos, investidores privados, sociedade civil, acadêmicos e mídia como sinônimos, quando na verdade não o são. A proposta aqui é esclarecer cada arranjo, evitar o embaraço e enfraquecimento de importantes diálogos.

A desestatização é um fenômeno que redimensiona a participação da administração pública em determinados ativos ou serviços públicos, passando a ser realizada pelo setor privado, com fins a uma prestação adequada e de melhor qualidade para a população, independentemente da modalidade. A desestatização pode ocorrer através dos arranjos jurídicos de privatização, concessão ou de parceria público-privada.

A privatização, por sua vez, é a transferência do patrimônio pertencente à administração pública para a iniciativa privada, através de compra e venda, normalmente realizada em forma de leilão público. Em outras palavras, envolve a venda de uma empresa estatal e de seus ativos, como por exemplo a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997.

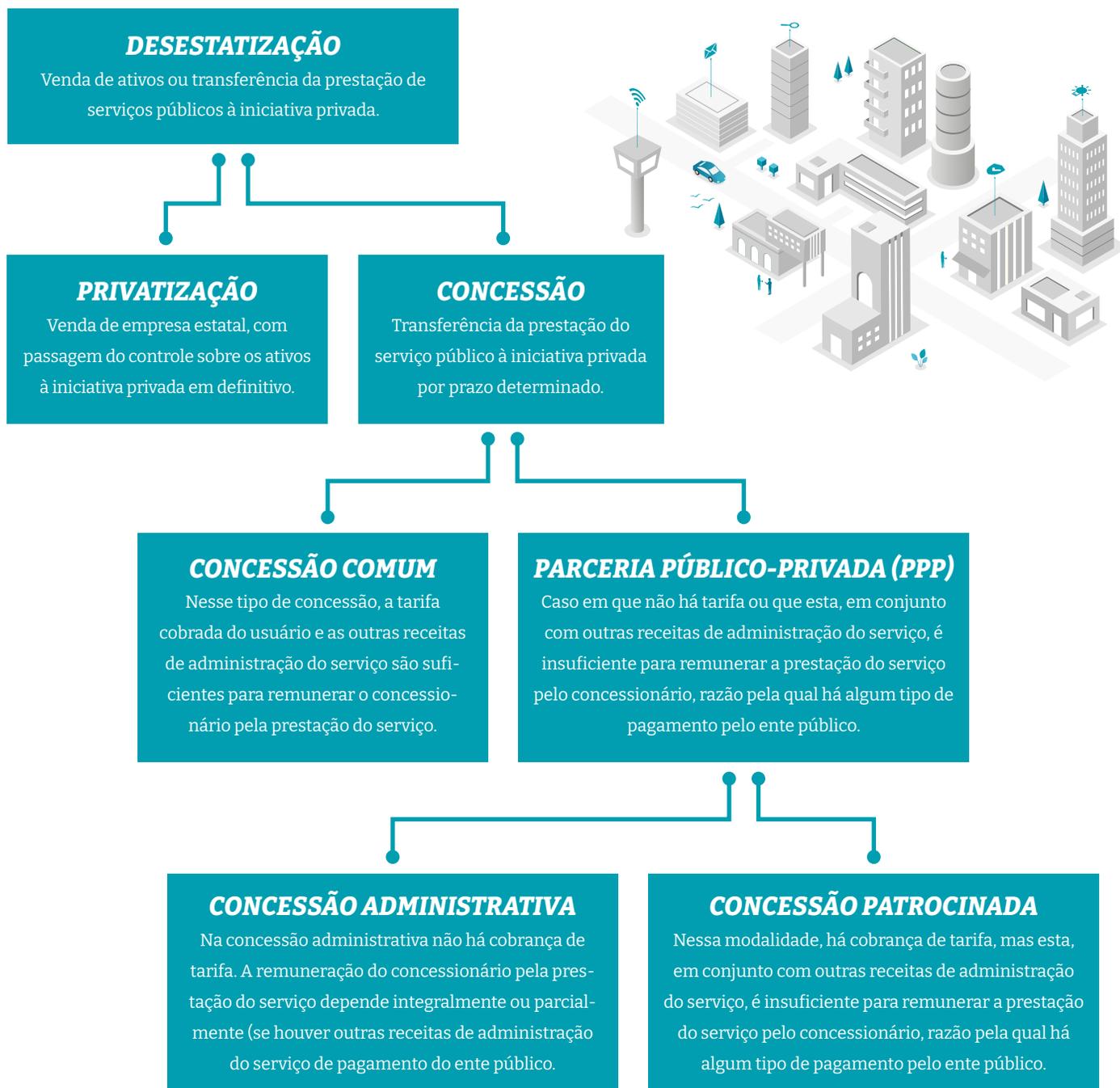
Já a concessão é a transferência da prestação de serviços públicos (e não do patrimônio) à iniciativa privada, ou concessionária. O processo se dá através de licitação, na modalidade concorrência, por prazo determinado, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95, onde a tarifa cobrada do usuário e as outras receitas de administração do serviço são suficientes para remunerar a concessionária

pela prestação de serviços. Como exemplo, temos a concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário, ou saneamento básico.

Por fim, temos a parceria público-privada (PPP). Essa modalidade surgiu com o advento da Lei Federal nº 11.079/04 e ficou conhecida como uma Concessão Especial, onde também é transferida somente a prestação de serviços, e não o patrimônio. Mas a maior característica é a forma de remuneração. Se há cobrança de tarifa, mas esta, em conjunto com outras receitas, é insuficiente para remunerar a concessionária pela prestação de serviços, é chamada de Concessão Patrocinada. Se não há cobrança de tarifa, a remuneração da concessionária se dá com o pagamento de Parcela Remuneratória Mensal (PRM) pela administração pública, ou poder concedente. Como exemplo, temos a PPP de Cidade Inteligente, de autoria do IPGC Brasil, que compreende a eficientização da iluminação pública e a implantação, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações em municípios que optaram por desenvolver esse tipo de parceria.

Independentemente da modalidade (Privatização, Concessão ou Parceria Público-Privada), a desestatização beneficia a população pela prestação de serviços de qualidade de alto nível, conforme especificado no contrato. Além disso, favorece o poder público através dos investimentos realizados pelo setor privado, bem como o recebimento de impostos e demais contribuições durante o prazo de vigência dos contratos, ou através das empresas privatizadas.

# Tipos de Desestatização



Fonte: BNDES (2016)

# A Figura do Verifica Independente na Ge das Parcerias

A realidade de municípios e estados brasileiros, assim como a da própria União reflete, cada vez mais, a necessidade de buscar junto à iniciativa privada os impulsos necessários para a retomada do potencial de investimento, além da melhoria e ampliação da prestação de serviços públicos.

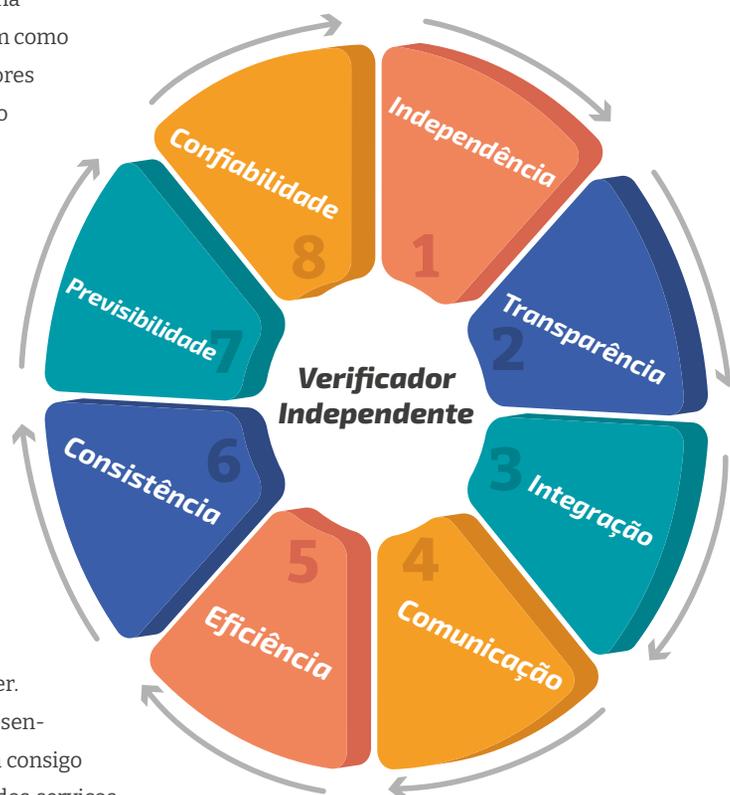
Com o sufocamento fiscal do país, que impacta sobretudo municípios de pequeno e médio porte, a estruturação de parcerias é um importante instrumento na atração de recursos para o setor da infraestrutura urbana

É neste sentido que projetos de parcerias e concessões surgem como resposta frente à incapacidade de investimento público em setores elementares da administração pública. Por meio da estruturação de contratos pautados em indicadores de desempenho, mensuração de resultados e eficiência na prestação de serviços, é garantido ao poder concedente potencial de investimento, atualização e modernização de sua infraestrutura. Esses contratos, pautados na Lei Federal 11.079, estipulam a correlação entre a boa prestação dos serviços por parte da concessionária e o adimplemento das contraprestações pecuniárias assumidas pelo poder concedente.

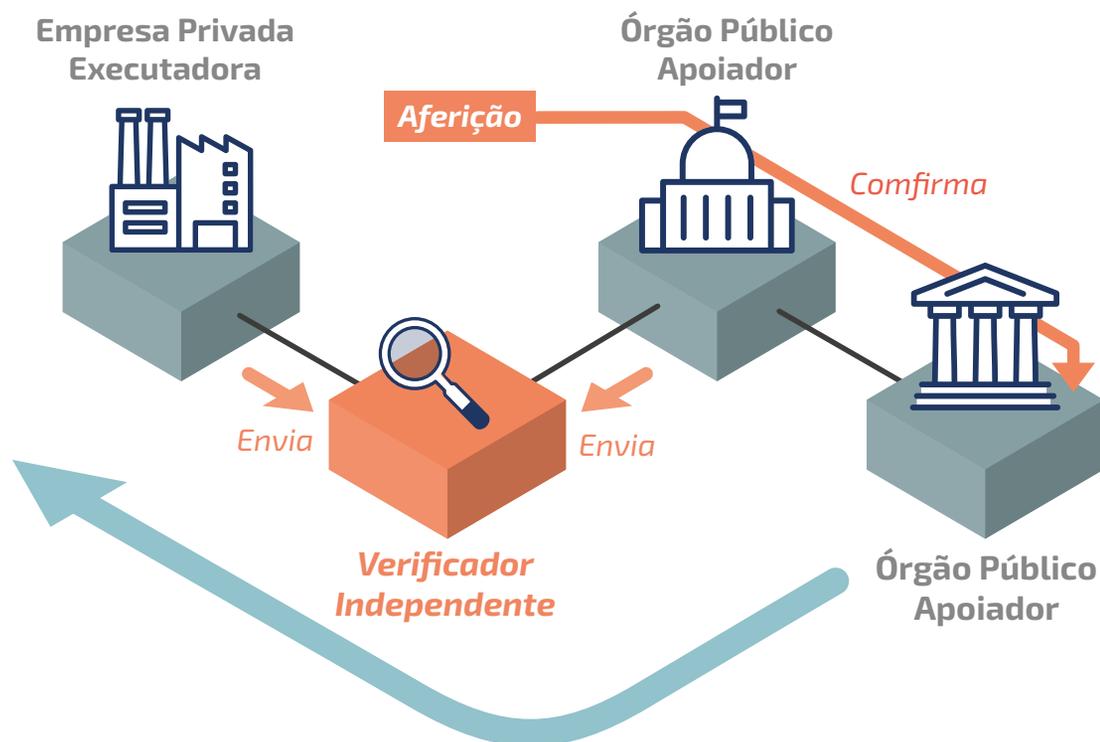
A gestão de contratos é um desafio para a gestão pública. Até mesmo os provenientes de formas de contratações triviais, como os apresentados pela Lei Federal 8.666, representam impasse aos governos, seja por ausência de qualificação de seu corpo técnico no acompanhamento desses contratos, seja pela rotatividade de servidores e frequente descontinuidade dos processos em virtude das transições de poder. O mesmo ocorre também com os contratos de PPP, que por apresentarem um arranjo de contratação pública mais complexo, carrega consigo singularidades para garantir a sustentabilidade e boa prestação dos serviços objeto do contrato que o rege.

**Luís Fernando Parma**

Gestor Público, Especialista em Processos e Gerente de Projetos do IPGC Brasil



# dor stão



Diante do desafio de acompanhamento, auditoria e fiscalização dos contratos de parcerias é que se torna indispensável a figura do Verificador Independente (V.I), para resguardar as pactuações estabelecidas entre as partes interessadas, ou seja, concessionária e poder concedente. Neste contexto cabe ao V.I mitigar riscos e agregar valor aos contratos através de auxílio técnico especializado na mensuração do desempenho do concessionário, além de realizar gestão dos pleitos de ambas as partes em caso de divergências.

Ao contrário do senso comum referente ao tema abordado em produções diversas, o V.I não surge com o objetivo único de resguardar o poder público por ele ser, em tese, a parte mais carente de capacidade técnica. Ele atua para garantir o cumprimento das diretrizes contratuais e a sustentabilidade da parceria que fora precedida de estruturação, análise diagnóstica e levantamento de demandas.

Dessa maneira, é altamente aconselhável que a estruturação de PPPs preveja em seu escopo, tanto na

elaboração dos modelos de governança como também na composição de custos da modelagem econômica a existência do Verificador Independente para o acompanhamento do contrato. Essa inclusão garante tanto ao poder concedente, quanto ao futuro concessionário a segurança jurídica para o fiel cumprimento dos preceitos contratuais, representando ainda uma diminuição do valor global deste serviço, se comparado com a mesma contratação realizada de forma externa, e posterior à estruturação da PPP.

Por fim, é notório que o Verificador Independente age como um mediador das parcerias, garantindo a sustentabilidade de todo o ciclo que compreende a estruturação da parceria, a formalização dos vínculos contratuais e a execução do objeto, através da implantação, operação e manutenção dos serviços. Em linhas gerais, a atuação do V.I representa um instrumento ampliador das benfeitorias provenientes dos contratos de PPP, servindo como recurso benéfico a todos os envolvidos.

# Ouro Preto: A Primeira Cidade Histórica

Com mais de 300 anos de história, a cidade de Ouro Preto está localizada na Serra do Espinhaço, região central de Minas Gerais. Primeira capital do estado, Ouro Preto foi palco de diversos momentos marcantes da história do país, como a Inconfidência Mineira, em 1789, principal movimento de oposição à Coroa portuguesa.

Por entre as montanhas de Minas, a arquitetura barroca se impõe pelas ruas calçadas de Ouro Preto, que carrega em cada detalhe seu ar único de cidade histórica mineira. Seja nas obras de Aleijadinho ou nas pinturas de Manuel da Costa Athaíde, o arcabouço arquitetônico religioso de Ouro Preto rendeu à cidade o título de Patrimônio da Humanidade, em 1980, pela Unesco.

Foi no berço mineiro da arte que a segunda PPP de Cidade Inteligente do país foi assinada. A mesma Ouro Preto dos icônicos lampiões coloniais abastecidos por lâmpadas de vapor de mercúrio, metal e sódio, agora têm um parque de iluminação atualizado e eficiente com luminárias de LED. Mas como realizar essa mudança sem interferir na paisagem histórica de Ouro Preto?

A preocupação com o patrimônio esteve presente no projeto desde a fase de estudos, elaborados pelo

IPGC Brasil, que passaram pela rigorosa aprovação do IPHAN-MG, órgão responsável pelo tombamento do conjunto arquitetônico urbanístico de Ouro Preto. Os lampiões coloniais presentes no entorno da Praça Tiradentes e a iluminação de destaque dos monumentos do Centro Histórico receberam, de acordo com o estudo, restauração em suas estruturas, além de lâmpadas de LED de temperatura adequada para que a nova iluminação mantenha a atmosfera característica da cidade histórica.

Além do Centro Histórico, região de intenso tráfego turístico, toda Ouro Preto e seus 11 distritos são contemplados pela nova iluminação, totalizando 11.868 pontos de diferentes particularidades técnicas. Ao todo, estima-se uma redução de 54,17% no consumo de energia elétrica municipal. Integrada à iluminação pública, a PPP de Cidade Inteligente também traz para o município a estrutura de aproximadamente 28 quilômetros de fibra óptica, que viabiliza internet cabeada em prédios públicos e rede Wi-Fi em praças e periferias, por exemplo. Essa nova estrutura de telecomunicações possibilita também a instalação de câmeras de videomonitoramento em 25 pontos da cidade, contribuindo para a segurança dos ouro-pretanos.

# ***Inteligente do Brasil***



# Credenciamento

**E**m todo o país, muitas pessoas estão sendo impactadas por nossa atuação. Isso nos estimula ainda mais a projetar soluções que se adaptem à realidade de cada município ou estado. Depois de chegar a vários territórios, conseguimos chamar a atenção de gestores, investidores e pessoas que, como nós, estão preocupadas com a democratização de serviços públicos de qualidade.

Estes são alguns depoimentos de governos, lideranças e agentes estratégicos que corroboram nosso trabalho.



**Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base**

A atuação de uma instituição como o IPGC Brasil, sem fins lucrativos, com isenção, independência e corpo técnico próprio, é de extrema importância na medida em que ajuda a qualificar a gestão municipal para atender as demandas que existem no âmbito local, onde estão alguns dos serviços mais solicitados pela população. Para que os investidores olhem para as cidades e encontrem oportunidades de investimento qualificadas, é preciso que os municípios tenham apoio de instituições como o IPGC para contar com soluções nas áreas de estudos de viabilidade, modelagens de concessões e PPPs, estruturação de projetos e verificação do desempenho dos contratos, entre outras.



**Paulo Piau, ex-Prefeito de Uberaba - MG (2013 a 2016 - 2017 a 2020)**

Cumprimento o IPGC pela disposição em prestar um serviço tão essencial para o desenvolvimento do país, sobretudo da infraestrutura, que está tão carente de recursos. São pessoas novas, cabeças novas, consultores novos que estão garantindo que um processo complexo saia tecnicamente, financeiramente e juridicamente correto.



**Paulo Brant, Vice Governador de Minas**

O IPGC Brasil nos apresentou um projeto que tem um potencial fantástico de melhoria da iluminação pública e de introdução de novas tecnologias para melhorar a segurança pública. É um projeto que tem o potencial de incluir os municípios mineiros nestas novas tecnologias que vão melhorar o serviço para o cidadão, reduzindo o custo para o contribuinte. É um potencial gigantesco!



**Munir Abud, Presidente do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes)**

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo está muito satisfeito com o trabalho que o IPGC Brasil vem realizando. Prova disso é que pretendemos expandir nossa atuação por todos os municípios capixabas, celebrando um bom termo de parceria envolvendo o IPGC Brasil e o nosso banco, viabilizando para que os prefeitos possam buscar aqui bons projetos para implantar PPPs e concessões em suas cidades.



**Wellington Dias, Governador do Piauí**

Agradeço a toda a equipe do IPGC Brasil, que foi um parceiro importante destacado na elaboração dos estudos que nos permitiram essa vitória [Miniusinas de Energia Solar], que é do povo do Piauí e do Brasil.



**João Lampreia, Gerente Sênior do Carbon Trust Brasil**

O Carbon Trust liderou uma avaliação única sobre o potencial de investimentos em infraestrutura sustentável no Brasil entre 2020-2040, no contexto do programa de cooperação em finanças verdes entre Reino Unido e Brasil e concluiu que R\$ 3,5 trilhões serão necessários para fechar a lacuna de infraestrutura sustentável do país. Neste contexto ficou clara a importância da atuação do IPGC para ajudar a destravar investimentos através de PPPs de infraestrutura, especialmente em municípios menores, onde os desafios são maiores.



**Lafayette Andrada, Deputado Federal por Minas Gerais e relator do Novo Marco do Setor Elétrico no Brasil**

O trabalho do IPGC está inaugurando um novo caminho de estruturação de parcerias público-privadas no país. O Instituto oferece, de forma inteligente, qualificação aos gestores por todo o Brasil, ajudando estados e municípios a se tornarem atrativos aos investimentos privados a partir de projetos estruturantes. Destaco a atuação nas PPPs de energia solar fotovoltaica, modelagem de autoria do Instituto e que já se tornou referência nacional.



**Renato de Castro, presidente da CODEGO Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás**

Fui prefeito da cidade de Goianésia (2017-2020) e na ocasião conheci o IPGC Brasil. Fizemos uma parceria e conseguimos realizar a PPP da Usina Fotovoltaica no município, levando eletricidade barata e ambientalmente correta aos cidadãos goianesienses. Deixo aqui meu reconhecimento ao trabalho do IPGC como parceiro nessa empreitada. Foi uma grande parceria, que pode render bons frutos Brasil afora.



# VEM AÍ: P5

## Curso de Formação Permanente em Parcerias Público-Privadas



O IPGC, em parceria com a Escola de Governo (Fundação João Pinheiro), instituição reconhecida nacionalmente pela excelência em pesquisa, ensino e assessoria em políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, criou o P5 - Programa Permanente de Formação em Parcerias Público-Privadas.

O P5 será gratuito, com certificação (CP5), e exclusivo para gestores estaduais e municipais (governadores, prefeitos, secretários e assessores), que queiram se aprimorar em novos arranjos administrativos por meio das parcerias.

Se você tem interesse em buscar e/ou ampliar seu conhecimento na área, fique ligado e se inscreva no formulário online.

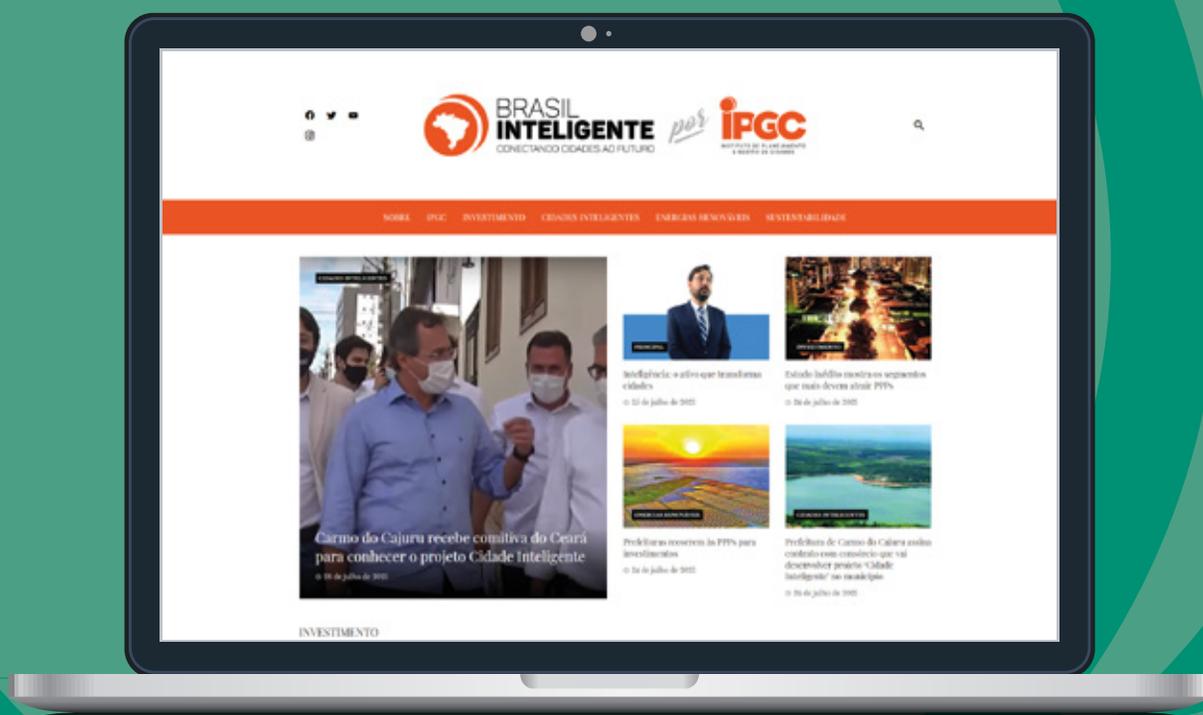


Informações em [www.ipgc.com.br/p5](http://www.ipgc.com.br/p5)

# FAÇA PARTE DESTA PROGRAMA

e torne sua cidade mais inteligente

Acesse nossa plataforma e inscreva-se!



[www.brasilinteligente.ipgc.com.br](http://www.brasilinteligente.ipgc.com.br)

@ ipgcbrasil

f ipgcbrasil

in IPGC Brasil